

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**A CRISE DO ICA-FAU/UnB EM 1968:  
ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A DITADURA E O ENSINO SUPERIOR BRASILEIROS**

**FABIO TOSHIRO IJIMA**

BRASÍLIA

2018

**Fabio Toshio Iijima**

**A CRISE DO ICA-FAU/UnB EM 1968:  
ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A DITADURA E O ENSINO SUPERIOR BRASILEIROS**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Direito da Universidade  
de Brasília como requisito para obtenção do  
título de bacharel em Direito.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Cláudia Paiva Carvalho**

**BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL  
2018**

Fabio Toshio Iijima

A CRISE DO ICA-FAU/UnB EM 1968: ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE  
A DITADURA E O ENSINO SUPERIOR BRASILEIROS

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Direito da  
Universidade de Brasília como requisito para  
obtenção do título de bacharel em Direito.

O candidato foi considerado \_\_\_\_\_ pela banca examinadora.

---

Professora Mestra Cláudia  
Paiva Carvalho  
Orientadora

---

Professora Doutora Talita Tatiana Dias Rampin  
Membro

---

Professor Mestre Paulo Parucker  
Membro

---

Professor Doutor Mamede Said Membro  
Suplente

Brasília, 6 de dezembro de  
2018.

## **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo analisar a crise do Instituto Central de Artes junto à Faculdade de Arquitetura, conjunto pertencente à Universidade de Brasília, ocorrida aproximadamente entre 1965 e 1969. Os principais instrumentos foram a revisão bibliográfica de obras sobre o contexto de criação da universidade e dos impactos da ditadura no ensino superior, junto com uma análise documental do acervo do Arquivo Nacional especificamente sobre a crise e suas causas. Trata-se, portanto, de um estudo de caso que envolve, em linhas gerais, as intervenções da ditadura nas universidades, revelando desde as perseguições e violências, até mudanças institucionais-pedagógicas nesse período.

Palavras-chaves: ICA-FAU, UnB, Universidade de Brasília, Ditadura, Regime Militar.

## **Abstract**

This research aims to study the crisis in the Central Arts Institute with the College of Architecture, both of which belong to the University of Brasília, which occurred approximately between 1965 and 1969. The methodological tools used for this task were bibliographic review of works about the context of the foundation of UnB and about the impacts of the Brazilian dictatorship (1964-1985) in the universities, as well as a documentary analysis of the crisis and its causes, with the material of National Archives. This monograph refers to, therefore, a case study which involves, concisely, the intervention of the Brazilian dictatorship in the universities, revealing from persecutions and violences to the institutional/academic changes in this period.

Keywords: ICA-FAU, UnB, University of Brasília, Dictatorship, Military Regime.

## **Agradecimentos**

À minha orientadora Cláudia Paiva, pela confiança, pelas observações sempre precisas e cuidadosas e por orientar um antes bastante desorientado.

À professora Talita Rampin e ao professor Paulo Parucker, por terem aceitado fazer parte da banca. Agradeço também à professora Laila Maia Galvão.

A todos amigos e amigas que me acolheram (no sentido mais profundo da palavra) em Brasília, em especial: Peixão, Ingrid, Zezé, Karol e Carlos.

Aos meus amigos Eraldo, Amadeus, Suny, Guilherme, Lapinha e Clark.

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã Tati por toda ternura e todo o apoio.

## Sumário:

INTRODUÇÃO .....	8
1 O PROJETO DA UnB E SEUS PRIMEIROS DOIS ANOS DE FUNCIONAMENTO (1962 E 1963) .....	10
1.1 A universidade como utopia .....	11
1.2 As inovações institucionais da UnB .....	15
1.3 Os dois primeiro anos de funcionamento (1962-1964).....	17
2 A UNB E A EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR NA DITADURA BRASILEIRA.....	21
2.1 As violências.....	22
2.2 As intervenções institucionais .....	27
3 A CRISE DO ICA-FAU À LUZ DO ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL.....	33
3.1 Acervo consultado, observações sobre o conjunto dos documentos e a metodologia utilizada.....	33
3.2 Sintomas da crise .....	36
3.3 Manifestações estudantis e as perseguições a estudantes e professores do ICA-FAU .....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

## Introdução

Este trabalho nasceu de uma inquietação em relação às minhas experiências universitárias. Se por um lado temos, em ao menos alguns de nós, o ideal de uma universidade crítica e preocupada com os problemas sociais que atravessam não só o Brasil, mas todo o Mundo, experienciamos na prática um ensino bancário, preso a si mesmo e com poucas relações diretas com a comunidade. Especificamente sobre o ensino jurídico, em grande parte das disciplinas, ele se limita à literalidade das normas, sem comprometimento com o modo como são usadas, quais são seus efeitos concretos ou o que compõe um argumento jurídico de fato.

Nesse sentido, e após uma breve leitura sobre o tema das universidades durante a ditadura, concluí que uma hipótese interessante de pesquisa seria a de que muitas das intervenções ocorridas nesse período persistem até hoje, ou então reverberam de alguma forma no presente. A partir dessa hipótese, e por meu interesse prévio pela pesquisa documental, comecei este trabalho. Com a sugestão da minha orientadora e por conta de um parágrafo do Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade<sup>1</sup>, defini como objeto de pesquisa o evento específico da crise do ICA-FAU/UnB.

Apesar do tema ter esse recorte bastante específico, espero também que ele possa dizer algo sobre a UnB e o ensino superior brasileiro durante a ditadura, pois pressupunho que essa crise não foi um episódio isolado, mas parte de um projeto maior para a educação superior brasileira.

A estrutura desta monografia é dividida em três capítulos. No primeiro, objetiva-se apresentar o panorama geral da criação da Universidade de Brasília, seu projeto inicial e como se deu seu funcionamento entre 1962 e 1963. Assim como o primeiro, o capítulo seguinte é o resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre os impactos da ditadura no ensino superior, dando enfoque para o caso da UnB. O capítulo final trata

---

<sup>1</sup> O parágrafo, na íntegra, é o seguinte:

“Existem documentos extensos sobre a crise do ICA-FAU entre 1967 e 1968, no acervo da ASI/UnB, disponível no Arquivo Nacional. Isso, por si só, daria uma pesquisa, uma vez que a crise propiciou uma discussão intensa sobre os rumos da universidade, o destino de seu projeto e a precariedade do ensino causada pelo Golpe Militar. Nesse contexto de crise, também emergiram lideranças estudantis e a FEUB, mesmo considerada ilegal pelos órgãos do governo, consolidou-se como uma das arenas de reflexão sobre a universidade pública. Neste momento, o importante é realçar a situação de instabilidade da UnB de então e da intensificação da repressão violenta” (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade 2015, p. 101).

especificamente da crise do ICA-FAU, com uma análise dos documentos do Acervo Nacional.

Capítulo 1 – O projeto da UnB e seus primeiros dois anos de funcionamento (1962 e 1963).

O objetivo central deste capítulo é realizar uma revisão bibliográfica que possibilite entender algumas das abordagens a respeito do projeto inicial da Universidade de Brasília (UnB), bem como suas relações entre si.

Especificamente para esta monografia, tal revisão possui duas utilidades diretas. Por um lado, possibilita que se faça a respeito da universidade um quadro comparativo, realizando um antes e depois da ditadura. Por outro lado, dá uma noção do contexto histórico da universidade como um todo, incluindo as condições envolvidas na crise do ICA-FAU (instituição formada pelo Instituto Central de Artes e a Faculdade de Arquitetura, ambos da UnB).

Antes de apresentar os elementos que caracterizam a originalidade do projeto inicial e a sua experiência prática inicial, duas observações parecem fundamentais. Em primeiro lugar, não pretendo aqui dar uma resposta definitiva às questões que os textos vão apresentando, mas somente, por meio dos contrapontos entre as posições de cada autor(a), evidenciar ou formular alguns problemas.

A outra observação é a de que a principal base de dados para esta pesquisa bibliográfica foi a da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE-UnB)<sup>2</sup>. Além dos resultados dessa pesquisa, obtive algumas referências através da recomendação de minha orientadora. Com a leitura dos textos obtidos através dessas duas fontes, foram encontradas ainda mais referências, que por sua vez apontavam para outros textos. Ao final desse processo, foi realizada uma consulta à base de periódicos da CAPES. Essa comprovou que ao menos os principais textos sobre o tema foram consultados para a realização desta monografia. Ademais, não houve a pretensão de que esta fosse uma revisão bibliográfica exaustiva de todos os textos sobre o tema.

Este capítulo está dividido em três itens: o primeiro discute os ideais gerais do projeto da UnB, o segundo apresenta quais são suas principais inovações institucionais em relação às demais universidades brasileiras da época, e o terceiro faz uma breve

---

<sup>2</sup> As palavras-chave utilizadas foram “ditadura”, “regime militar”, “Universidade de Brasília”, “UnB”, “Darcy Ribeiro”, “Anísio Teixeira”, “reforma universitária” e ICA-FAU.

leitura sobre os dois primeiros anos de funcionamento da universidade, junto com algumas observações específicas sobre a inauguração do ICA-FAU.

#### a) A universidade como utopia

Considerando que não há a possibilidade de se conseguir, em poucas linhas, esgotar o acontecimento histórico que foi a fundação da UnB, este item se limitará à análise do discurso de fundação da Universidade de Brasília. Desse modo, será demonstrado – sob a luz dos textos consultados e de algumas normas – quais foram os principais argumentos dos institucionalmente envolvidos para defender a necessidade de fundação de uma universidade em Brasília, bem como quais seriam as finalidades essenciais dessa universidade.

Sobre essa escolha metodológica, observo que, ainda que, de fato, haja uma desconfiança inicial sobre a efetividade desse discurso (ou seja, se ele possuiu qualquer eficácia concreta naquela época), sua análise pode ser útil para apresentar ao menos os principais ideais envolvidos na criação dessa universidade.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado sobre os ideais do projeto da UnB é o de que em todos os discursos analisados há um progressismo aliado aos ideais modernistas de emancipação pela racionalidade humana.

De certo modo, isso pode ser observado inicialmente pela cidade em que a universidade se instalou. Brasília, na década de 60, estava ainda impregnada por certo otimismo e anseio por mudanças sociais por parte de seus construtores. Nas palavras de Oscar Niemeyer<sup>3</sup>, por exemplo, a participação na construção de Brasília

não se tratava apenas de uma oportunidade profissional, embora da maior importância, mas de um movimento coletivo, de um empreendimento extraordinário que suscitava e exigia devoção e entusiasmo, unindo os que dele participaram numa verdadeira cruzada (Niemeyer 2006, p. 7).

---

3 Oscar Niemeyer (1907-2012) foi reconhecido como um dos maiores arquitetos do século XX. Foi também um dos principais responsáveis pelo projeto de construção de Brasília, tendo desenhado prédios monumentais como o Palácio do Planalto, o Teatro Nacional, a Biblioteca Nacional, o Instituto de Central de Ciências da Universidade de Brasília (ICC-UnB), etc. Totalizou mais de 350 obras concretizadas, segundo o relato de Salmeron (Salmeron 2007, p. 124).

Outra demonstração desse otimismo está na argumentação de Darcy Ribeiro<sup>4</sup> para defender a criação da universidade, que, logo de início, já possuía opositores. Para o escritor, era necessária a universidade por três motivos.

Em primeiro lugar, porque, com “a construção de uma cidade no centro do país e nela instalando o governo da República, se tornou inevitável a instituição ali de um núcleo cultural a que não pode faltar uma universidade” (Ribeiro 2011, p. 18). A ideia, portanto, era a de que a UnB contribuísse para a vida cultural de Brasília, o que implica uma maior comunicação entre universidade e cidade. Além disso, afirmar que a UnB deverá integrar um núcleo cultural significa projetá-la não somente como uma reprodutora do já instituído, mas também como uma instituição criativa.

Em segundo lugar, e contra o argumento de que uma universidade seria economicamente inviável, porque haveria em sua visão um risco de multiplicação de escolas superiores precárias e que se aglutinariam em mais uma universidade inviável, com custos similares aos da criação de uma faculdade planejada de excelência (Ribeiro 2011, p.18). Tal risco, segundo o próprio autor, estava ainda mais iminente pelo fato de que já tramitavam, na época, no Congresso Nacional, projetos de criação de duas faculdades improvisadas – uma de Direito, outra de Economia.

Por fim, e relacionado ao primeiro argumento, Ribeiro afirma que a universidade era necessária para dar assistência cultural e científica aos diversos órgãos da administração pública (Ribeiro 2011, p. 19). Tal argumento bate de frente com a tese de alguns opositores, de que a universidade atrapalharia as atividades da capital do país (ainda mais porque ela seria dentro do Plano Piloto), por conta das manifestações estudantis. Ademais, demonstra novamente que Ribeiro pressupunha que a universidade colaboraria criticamente para a excelência do governo do país.

Além desses argumentos de Darcy Ribeiro, os ideais inerentes ao projeto da UnB podem ser verificados pelos arts. 2º e 3º do Estatuto da Universidade de Brasília

---

<sup>4</sup> Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um antropólogo e escritor. Sua participação no projeto da UnB começou com sua nomeação como um dos três integrantes da comissão de estudos iniciais sobre a UnB, quando ocupava cargo no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Dos três membros, “era ele quem trabalhava em problemas educacionais, tendo elaborado com Anísio Teixeira um anteprojeto de uma universidade para Brasília” (Salmeron 2007, p. 67). Ademais, foi figura essencial na construção da UnB, que o homenageou batizando seu maior campus com seu nome.

(Decreto nº 1872 de 12 de dezembro de 1962), que listam todas as finalidades oficiais dessa instituição<sup>5</sup>:

Art. 2º A Universidade tem por finalidades:

- I - Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas, para os problemas com que defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social;
- II - Complementar a formação científica, cultural, moral e física da juventude universitária;
- III - Preparar profissionais de nível superior e especialistas altamente qualificados em todos os campos do conhecimento capazes de promover o progresso social mediante a apuração dos recursos da ciência e da técnica;
- IV - Congregar cientistas, intelectuais e artistas assegurando-lhes os meios materiais e as condições de independência para se devotarem à ampliação do conhecimento, ao enriquecimento da cultura ao cultivo da artes e à sua aplicação a serviço do Homem;
- V - Colaborar, com estudos sistemáticos e pesquisas originais, para melhor mas completo conhecimento da realidade brasileira em todos os seus aspectos.

Art. 3º - São também objetivos da Universidade:

- I - Contribuir para que a Capital Federal exerça efetiva função integradora da vida social, política e cultural da Nação, por meio de um núcleo de ensino e de pesquisa do mais alto padrão aberto a jovens de todo o Brasil e, quanto possível, aos de outros países, notadamente os demais da América Latina;
- II - Proporcionar aos poderes públicos, nos limites da sua capacidade, nos diversos domínios do saber, a assessoria que solicitarem para o desempenho das suas funções;
- III - Incentivar a vida intelectual e artística na capital do país de modo a torná-la culturalmente autônoma e capaz de imprimir um sentido renovador aos empreendimentos que nela deverão ser projetados e executados;
- IV - Colaborar com as instituições educacionais de todo o País na elevação do nível de ensino e na sua adaptação às necessidades do desenvolvimento nacional e regional;
- V - Cooperar com universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ao enriquecimento das ciências, das letras e das artes e a fraternidade dos intelectuais de todo o mundo, bem como à defesa da autarquia cultural da liberdade de pesquisa e de expressão e da paz.

Assim sendo, e mesmo considerando outros textos como o *A universidade interrompida*, de Roberto Salmeron, e a Lei de Fundação da UnB (Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961) é predominante essa narrativa otimista, destacando-se a ênfase nos ideais democráticos, na construção de um conhecimento da brasilidade, na formação de profissionais e pesquisadores não só de excelência, mas críticos em relação à realidade nacional, etc.

---

<sup>5</sup> Nos incisos V do art. 2º e V do art. 3º, há incorreções gramaticais na construção da frase “para melhor mas completo conhecimento” e “bem como à defesa da autarquia cultural da liberdade” respectivamente. Trata-se do texto original da norma, retirada do site de legislações da Câmara dos Deputados e por isso tais erros não foram alterados. Os problemas meramente ortográficos ou de concordância foram corrigidos.

Isso não quer dizer que o projeto foi recebido de maneira totalmente pacífica pela comunidade acadêmica. Uma exceção às reações positivas foi a de Dirce Mendes da Fonseca, analista externa ao fenômeno de criação da UnB. Para a autora, o fato da universidade servir ao Estado gera em si uma contradição com o seu próprio ideal crítico. Em outras palavras, haveria uma tendência de a universidade perder sua autonomia, por conta dessa ligação com o Estado, o que faria com que ela perdesse a liberdade. Ademais, para Fonseca é visível um compromisso da universidade com o mercado de trabalho e com as necessidades do capitalismo, o que evidenciaria a ausência de seu potencial emancipatório (Fonseca 1986, p. 123).

No mesmo sentido, é interessante notar que há, de fato, na própria lista de objetivos e finalidades da UnB e seu Estatuto uma certa ambiguidade. Por um lado, privilegia-se a formação de cidadãos críticos que endossem o espírito democrático, a criação de um ambiente de conhecimento e o incentivo à cultura da arte. Por outro, já de início há uma preocupação em formar profissionais voltados para o mercado de trabalho e para movimentar a máquina pública.

Sobre esse possível dilema, acreditamos que se deva ter cuidado com essas oposições. Em primeiro lugar, porque, ao menos no plano teórico, é possível conceber uma formação de profissionais capacitados e que possuam, sim, meios para algumas soluções dos problemas de suas sociedades.

Em segundo lugar, porque essa oposição tem como pressuposto que uma universidade, para ser crítica, deve ser totalmente autônoma ao Estado e ao capitalismo, o que não é algo demonstrado e nem mesmo possível. Com efeito, a universidade é, no fundo, uma instituição social que não pode ser concebida de forma isolada da sociedade da qual faz parte. Nas palavras de Maria Lourdes Fávero, estudiosa da história das universidades no Brasil, “a Universidade, antes de mais nada, é fruto de um modelo político-cultural. Condicionada pelo contexto no qual está inserida, seus objetivos estão necessariamente relacionados com os objetivos da sociedade” (Fávero 1977, p. 11).

Portanto, para nós, o que se deve entender da contribuição de Dirce Fonseca é que o próprio projeto inicial da UnB e seus respectivos ideais são alvo de disputa. Quer dizer, não se pode se contentar com a simplificação de que a universidade era uma unanimidade em seus primeiros momentos e depois de 1964 ela foi destruída. Antes, o que se tem é uma instituição em disputa já desde seu projeto inicial, e que por cima

disso sofreu ainda várias e graves intervenções da Ditadura, como será possível observar pelos diversos relatos a serem trabalhados no capítulo 2.

#### b) As inovações institucionais da UnB

Quando os textos analisados falam de inovações por parte da UnB, a maioria deles trata do enfoque institucional-acadêmico da universidade. De certo modo, não se aprofunda muito se havia alguma diferença no modo como eram dadas as aulas, na relação entre alunos, professores e funcionários, no objeto de pesquisa, etc. Nesse sentido, esse recorte institucional não foi realizado por nós, mas pela própria abordagem dos textos consultados.

Em linhas gerais, e segundo Salmeron, as novidades trazidas pelo projeto da UnB, em relação às demais universidades brasileiras da época, tiveram dois tipos de inspirações. O primeiro seria o de tomar medidas que pudessem combater diretamente algumas fraquezas encontradas nas demais universidades brasileiras. De acordo com Salmeron, os maiores problemas seriam o de “atividades criadoras em escala modesta, carreira universitária sem grandes perspectivas, currículos rígidos de estudo e ensino às vezes sem dinamismo” (Salmeron 2007, p. 77). O segundo tipo de inspiração foi a bagagem brasileira a respeito do ensino superior, amadurecida pela experiência da Universidade do Distrito Federal (UDF), da Universidade de São Paulo (USP) e pelas experiências de brasileiros no exterior (Salmeron 2007, p. 82).

Tendo essas inspirações em vista, as principais inovações do projeto da UnB foram os seguintes: abolição das cátedras, departamentalização, sistema de créditos de disciplinas e a divisão curricular entre cursos básicos, de aprofundamento e profissionalizantes.

Sobre a primeira, é interessante observar a definição do conceito de “cátedra” apresentado por Darcy Ribeiro, que reproduzimos na íntegra: trata-se do

loteamento do saber em províncias vitalícias, outorgáveis através de certos procedimentos de seleção, que asseguram a um professor-donatário a propriedade do ensino de uma disciplina, em certa série de dado curso, a determinada faculdade. Após o concurso, o usufrutuário vitalício da cátedra se liberta da obrigação de estudar e de atualizar-se.

Pairando acima de qualquer juízo, orienta o ensino como bem entende ou desentende, se quiser, pode dar ou não dar aulas e até ensinar outra disciplina, desde que esta não tenha donatário (Ribeiro 2011, p. 12)

A abolição da cátedra abriu espaço para a departamentalização. Isso significa dizer que o departamento passou a ser o elemento de unificação. A diferença entre os dois está no fato de que o segundo engloba uma estrutura não personificada em apenas um catedrático, mas num departamento composto por uma hierarquia de cargos (professor-assistente, professor-adjunto e professor-titular).

O sistema de créditos, por sua vez, consiste numa inovação da UnB que possibilita o aproveitamento de disciplinas cursadas pelo estudante num curso para um outro curso posterior. Desse modo, diferentemente do que ocorriam nas escolas superiores da época (que eram autônomas institucionalmente entre si, sem qualquer vínculo), na universidade não era necessário repetir disciplinas já cursadas em outra ocasião (Salmeron 2007, p. 81).

Por fim, havia uma estrutura nova sobre o desenvolvimento dos estudantes na UnB. Em resumo, havia dois tipos de órgãos: os Institutos Centrais e as Faculdades. Sobre essa divisão, Ribeiro esclarece que

no Instituto, os alunos realizarão cursos introdutórios de dois a três anos, o primeiro dedicado a estudos gerais que completem a formação básica, dando-lhes nível universitário; o segundo e o terceiro já com tendência à especialização. Após esses dois a três anos, o estudante poderá permanecer no Instituto, se for aceito como aluno para formação especializada em um dos departamentos, com o objetivo de fazer-se antropólogo, psicólogo, sociólogo, analista-econômico, demógrafo, historiador, etc. A maioria dirigirá-se-á, naturalmente, para as Faculdades citadas, onde receberá formação profissional através de dois a três anos mais de estudos (Ribeiro 2011, p. 23)

Essa organização acadêmica possui ao menos duas utilidades. A primeira é econômica, porque com ela se possibilita a utilização de uma mesma estrutura para dar aulas para estudantes de cursos distintos. Não há, portanto, a necessidade do oferecimento de várias disciplinas tratando a mesma matéria, em unidades institucionais separadas.

A segunda utilidade, apontada por Roberto Salmeron como a principal, é a de que essa estrutura, na verdade, teria como elemento essencial “o espírito introduzido nos institutos como ambiente de investigação, seja qual for a área de investigação” (Salmeron 2007, p. 93). Em outras palavras, essa estrutura gerava uma maior

comunicação entre a pesquisa e o ensino, de modo que houvesse mais dinamismo no segundo ao se conciliar com a atividade criadora da pesquisa.

De todo modo, o próprio Salmeron afirma que é necessário ter precauções na abordagem dessas inovações institucionais. Por um lado, porque a estrutura institucional não define a qualidade de uma universidade. O sucesso da UnB nos seus primeiros anos devia-se, sobretudo, à qualidade dos discentes e docentes da Universidade (Salmeron 2007, p.94). Por outro, porque não se pode ter a ilusão de que o modelo adotado pela UnB deveria ser copiado em todas as universidades brasileiras (Salmeron 2007, p. 97). Considerando que cada universidade e cada sociedade possuem suas especificidades, não é possível apresentar um modelo atemporal e universal.

#### c) Os dois primeiro anos de funcionamento (1962-1964)

São poucas as análises sobre os primeiros momentos da UnB: fica-se muito na questão do projeto inicial. De todo modo, sobre essa temática, esta abordagem se limitará a realizar uma breve síntese dos capítulos 7, 8 e 9 do livro do Salmeron, em que ele apresenta uma reconstrução bastante completa desse período em questão.

Inicialmente, de acordo com o autor, o que pairava sobre a UnB era uma atmosfera de otimismo. Segundo seu relato, mesmo não tendo a maioria dos professores participado da construção de Brasília, as narrações e os depoimentos experienciados por eles os fizeram pensar que os sentimentos dominantes nos primeiros anos da universidade eram como extensões daqueles que motivaram os pioneiros de Brasília (Salmeron 2007, p. 99).

Aliado a esse entusiasmo de se concretizar uma universidade antes apenas ideal, Salmeron reforça a qualidade dos discentes e docentes envolvidos na tarefa.

Em relação aos primeiros, ele afirma que o fato da UnB ter cursos de pós-graduação desde a inauguração atraiu muitos jovens estudantes que já possuíam um bom nível de amadurecimento cultural e científico. Essa atração deu-se por conta do fato de que, na década de 60, eram quase inexistentes os trabalhos de mestrado e

doutorado, inclusive nas mais importantes universidades do país (Salmeron 2007, p.108).

Sobre os segundos, Salmeron apresenta uma lista bastante detalhada dos principais professores de cada instituto e faculdade, acompanhada por uma breve biografia de cada um deles e conclusões sobre o perfil geral dos docentes. Esse é o principal assunto dos capítulos 8 e 9 de seu livro.

Contrastando com esses aspectos positivos, o autor elenca também três problemas pelos quais a universidade passou em seus dois primeiros anos. O primeiro é o de estrutura física dos prédios: na inauguração da UnB, eles ainda não estavam preparados e se trabalhava em instalações provisórias. Como exemplo de problemas desse tipo, Salmeron narra que “o desconforto atingia situações extremas: excesso de luminosidade – muito comum em Brasília –, temperaturas sufocantes – porque as paredes externas, em todos os edifícios, não tinham janelas” (Salmeron 2007, p. 101).

Outra dificuldade consistiu na não instauração dos órgãos colegiados até 1977. Previstos no art. 33 do Decreto 1.872/1962, esses órgãos tinham como função, por exemplo, propor ao reitor a admissão à Universidade ou nomeação de professores associados e de professores titulares, supervisionar a execução dos programas de trabalho dos Departamentos, etc<sup>6</sup>. Como resultado, isso gerou certa desproporcionalidade no poder do Reitor, que acabou ficando com as competências desses órgãos (Salmeron 2007, p. 103).

O último problema foi o fato de que os professores, no primeiro momento, não possuíam qualquer vínculo contratual com a universidade. Nesse sentido, afirma o autor que, “embora ela [a universidade] fosse regida pelas leis trabalhistas, não tinha produzido nenhum documento pelo qual assumisse responsabilidade em relação aos docentes e funcionários. [...] O único vínculo empregatício era sermos pagos por ela” (Salmeron 2007, p. 104).

Por fim, vale ressaltar que no momento da inauguração dos primeiros cursos na UnB (9 de abril de 1962), a estrutura departamental não havia sido ainda instaurada. Ao invés disso, como medida temporária enquanto se estava estabilizando a universidade,

---

<sup>6</sup> Respectivamente, incisos V e III do art. 43 do Decreto 1.872 de 1962.

os cursos foram reunidos em três grupos, chamados “cursos troncos”: o de Letras Brasileiras, [...] o de Administração, Direito e Economia, [...] e o de Arquitetura e urbanismo, posteriormente dividido em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, coordenada por Oscar Niemeyer, e Instituto Central de Artes, sob responsabilidade do próprio Rocha Miranda (Salmeron 2007, p. 100).

No mesmo sentido, Sylvia Adriana Dobry-Prosanto afirma que no mesmo ano da inauguração da UnB foi criado o Instituto Central de Artes, associado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o ICA-FAU (Dobry-Prosanto 2015, p. 270)<sup>7</sup>.

Especificamente sobre tal instituição, alguns aspectos iniciais a seu respeito podem ser levantados. O primeiro está na independência que a FAU possuía em relação aos cursos de engenharia. Desse modo, essa associação primária com o Instituto das Artes era original se comparada às demais faculdades de arquitetura brasileiras da época (Dobry-Prosanto 2015, p. 270). De acordo com Salmeron, essa associação, do ponto de vista da estrutura curricular, fazia com que os discentes tivessem o curso básico no Instituto Central de Artes e somente depois a formação profissional na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Salmeron 2007, p. 124).

Em segundo lugar, cumpre ressaltar as observações gerais e variadas que Salmeron faz a respeito desses primeiros anos da FAU:

havia coerência em seu funcionamento, com um conjunto trabalhando em estreita colaboração, todos os professores participando dos cursos de formação, de pós-graduação e dos trabalhos do Ceplan<sup>8</sup>. Este planejava os edifícios e o urbanismo do *campus*, mas suas atividades iam além da universidade, realizando projetos também para órgãos do governo.

Os arquitetos que faziam pós-graduação seguiam cursos específicos e participavam das atividades profissionais no Ceplan, encontrando, assim, excepcional ocasião de colaborar em trabalhos de vanguarda (Salmeron 2007, p.127)

A terceira observação, agora a respeito do ICA, é de que esse possuía maior leque de cursos oferecidos, se comparados às demais escolas tradicionais de arte da época. Não se limitando à pintura e à escultura, lá havia cursos dedicados às artes gráficas, desenho artístico industrial, fotografia, música e cinema (Salmeron 2007, p. 89).

---

<sup>7</sup> De certo modo, a única divergência entre os dois relatos está no fato de que para o primeiro autor, haveria uma divisão do curso-tronco que deu origem ao ICA e à FAU. Enquanto isso, para a autora, o ICA foi posterior à FAU. De todo modo, essa contradição pode ser superada caso se entenda que a autora refere-se, na verdade, ao curso-tronco e não à FAU especificamente.

<sup>8</sup> Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, em funcionamento até hoje.

Como quarto e último ponto, é destacada a qualidade dos professores envolvidos tanto na Faculdade de Arquitetura, quanto no Instituto Central de Artes. O coordenador desse era Alcides Áquila da Rocha Miranda, que foi aluno de Cândido Portinari e Mário de Andrade. Participou de movimentos artísticos das décadas de 30 a 50. Sua especialidade era a arquitetura, de modo que trabalhou no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN por mais de três décadas.

O arquiteto Elvin Donald Mackay Dubugras era o secretário-executivo do instituto. Outros nomes importantes e que passaram por lá foram Alfredo Ceschiatti, Glênio Bianchetti e Athos Bulcão, Marília Rodrigues Pinto da Silva, Leo Barcellos Dexheimer, Claus Peter Bergner, Luiz Humberto Miranda Martins Pereira, Esther Iracema Joffily e Amélia Toledo (Salmeron 2007, p. 112).

Por fim, a respeito da FAU, há que se afirmar certa liderança de Niemeyer nessa faculdade, personagem já apresentado anteriormente e que representa certamente o grau de qualidade da instituição que estava nascendo em Brasília.

## Capítulo 2 – A UnB e a educação pública superior na ditadura brasileira

Após apresentar em linhas gerais as inovações e a originalidade do projeto da UnB, objetivo agora expor as principais intervenções realizadas pela Ditadura contra as universidades brasileiras. Como tais interferências podem ter uma relação direta com a crise instaurada no ICA-FAU em 1968, dou especial ênfase ao caso da UnB.

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira há uma reconstrução das violências praticadas pelos militares contra a sociedade civil e as universidades. Junto a isso, serão analisadas as intervenções ocorridas na UnB, sendo usado como fio condutor o relato de Salmeron.

A segunda parte discute o movimento e institucionalização da Reforma Universitária e outras mudanças institucionais propostas e praticadas pela Ditadura. Nesse sentido, essa parte apresenta o modo como os militares mudaram ou tentaram mudar a estrutura administrativa da universidade, suas questões acadêmicas e seus princípios gerais.

Algumas observações preliminares devem ser feitas. A primeira é a de que essa divisão entre uma parte de violência e outra sobre institucionalização é, na verdade, uma mera simplificação. Isso porque as duas práticas andam juntas, ou seja, elas mutuamente se legitimam, se reforçam, se protegem. E, de certo modo, não faz sentido tratar separadamente as duas. Uma não faz sentido se a outra for abstraída.

Outra questão importante é que não é possível entender a Ditadura como um sujeito unívoco. Para Motta, “no campo dos vitoriosos de 1964, não havia consenso aos rumos da política universitária, apenas a certeza de que a área era estratégica” (Motta 2014b, p. 70). Além disso, não se deve acreditar que aqueles que tomaram o poder não levavam em consideração o posicionamento da sociedade civil sobre os problemas sociais. Nesse sentido, as mudanças e medidas tomadas no período histórico não devem ser entendidas como mera exteriorização da vontade dos militares, mas também de uma certa conjuntura política.

Uma última observação, feita por Cunha em seu trabalho, pode ser útil para este texto. Trata-se da ideia de que os militares não tinham propriamente projetos para a

educação: eles formularam e executaram políticas de repressão ideológica para as escolas e universidades, mas mesmo assim não se deve esquecer o protagonismo dos ministros *civis* da educação<sup>9</sup>. Ou seja, apesar dos militares não terem um projeto, seus aliados possuíam (Cunha 2014, p. 359). Assim sendo, mesmo quando se fala em “Ditadura Militar”, não se deve esquecer da relevância de outros setores sociais, inclusive universitários, para as intervenções ocorridas no período histórico em questão.

Em resumo, é um engano acreditar que o governo militar foi o único ator político de sua época. É engano, também, acreditar que não havia conflito entre as suas forças internas. De todo modo, e mesmo com todas essas ressalvas, acredito ser possível fazer uma reconstituição das principais medidas tomadas que impactaram a educação e, mais especificamente, na UnB e no ICA-FAU/UnB.

a) as violências

É sabido que durante a ditadura foram praticadas as piores violências contra a sociedade como um todo e, de forma ainda mais aguda, contra aqueles que de alguma forma contestavam o poder dos militares. Dado nosso objeto de pesquisa, não é necessário se aprofundar sobre o modo de procedimento da violência dos antigos detentores do poder e suas sutilezas da tortura. De toda forma, vale registrar que essas práticas existiram, e que formavam um pano de fundo sempre lembrado por estudantes, professores e funcionários que participaram da vida dessa época.

Ademais, não me aprofundarei sobre quais foram os efeitos negativos para inúmeras famílias e para a democracia. Tudo isso porque tal violência é um fato absoluto, indefensável por definição. Um governo que pratica a perseguição, a espionagem, a tortura, o assassinato, o extermínio pela força policial é em si mesmo pior que aqueles que não praticam e não há necessidade de se relativizar, de se pensar outros critérios de análise.

---

<sup>9</sup> Como exemplo desse protagonismo dos golpistas civis, Cunha apresenta a formulação da Lei Suplicy - Lei nº 4464/1964 – e do Decreto-Lei Aragão – Decreto-Lei nº 228/67 –, ambos idealizados por docentes de universidades públicas. Tratava-se ambas de normas repressoras do movimento estudantil (Cunha 2014, p. 359).

Nesse sentido, talvez o que seja mais interessante de se tratar nesta primeira parte do capítulo são dois tópicos: primeiro, uma breve exposição de algumas das violências dos militares contra as universidades especificamente e, em segundo lugar, um relato mais detalhado do que a UnB sofreu entre 1964 e 1965.

Pode-se elencar algumas das intervenções diretas nas universidades realizadas pelos militares: uma é a de afastar do cenário público os adversários políticos – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. Nesse sentido, utilizou-se como recurso as prisões, as demissões e expulsões. De certo modo, e ao menos do ponto de vista da comunidade universitária, os mais visados eram as lideranças estudantis de esquerda e alguns professores (Motta 2014b, p. 29 a 31).

Outra forma de intervenção era a procura por livros subversivos, que “não se limitavam às residências particulares, atingiam também bibliotecas de instituições públicas, mas foram principalmente afetados os estoques de livrarias e editoras” (Motta 2014b, p. 27). Ainda que isso possa ser entendido como uma violência, não se pode negar também o aspecto de censura e de controle ideológico ou acadêmico da universidade.

A invasão de tropas nos *campi* das universidades foi outro tipo de intervenção importante no período militar. Em linhas gerais, o procedimento tinha como objetivo a apreensão de material de propaganda política contrária ao poder instituído, a procura de armas e material de guerra (que não existiam), e, ainda, a busca, prisão ou sequestro de professores e alunos supostamente subversivos, dentre outras finalidades<sup>10</sup>. Segundo o Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, essa prática era ilegal, tendo em vista que as prisões, por exemplo, não eram amparadas por mandado judicial, nem por flagrante delito (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade 2015, p. 56).

Por último, destaco ainda a espionagem sistematizada das universidades brasileiras como instrumento de pressão da ditadura. Parte dos professores, estudantes e funcionários constituíram também voluntariamente uma rede de informações, cuja finalidade era a de “relatar o que quer que lhes parecesse indício de subversão, apontar

---

<sup>10</sup> As invasões de tropas possuem vasto material a seu respeito. Pode-se encontrar mais informações sobre elas, por exemplo, no Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, no documentário barra 68 e na Parte II do Livro de Salmeron.

os supostos subversivos, reprimi-los de todo modo” (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade 2015, p. 57). Tudo isso é constatado detalhadamente pelo Relatório da Comissão, que argumenta pela evidência de análises documentais<sup>11</sup>.

Tendo em vista essas formas de intervenção, cabe ressaltar que a UnB nesse período é considerada por Salmeron e por Motta como a universidade brasileira mais violentada pela ditadura militar. De acordo com o primeiro,

durante os governos ditatoriais iniciados em 1964, as universidades brasileiras foram duramente atingidas, na confusão mental que se estabeleceu no País. Entre elas, foi a de Brasília a que mais sofreu, com interferência direta e contínua no seu funcionamento, prisões e expulsões de professores e de estudantes, tendo sido invadida três vezes por tropas militares, em abril de 1964, em outubro de 1965 e em agosto de 1968<sup>12</sup> (Salmeron 2007, p. 173).

Motta concorda com a generalidade dessa análise de Salmeron, acrescentando, ainda, que a ocupação por tropas deu-se por meio de uma cooperação entre a Polícia Militar (PM) mineira e o Exército (Motta 2014b, p. 31).

Os motivos dessa maior repressão à UnB são também explicados. Para Salmeron, as razões eram políticas, sobretudo pela autoria da idealização e da Lei que instituiu essa universidade. Com efeito, a Lei foi proposta por Juscelino Kubitschek e sancionada por João Goulart – ambos entendidos como inimigos políticos do novo governo. Além disso, Darcy Ribeiro – lembrado como peça fundamental para a idealização da UnB – era aliado de Goulart (Salmeron 2007, p. 174).

Por outro lado, Motta afirma que tal tratamento violento explica-se pela imagem que a UnB tinha nos meios conservadores, sendo considerada um antro de comunistas, incluindo professores e intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Motta 2014b, p. 32). Junto a isso, o autor afirma que outro fator relevante para se compreender a violência está no fato de que “na jovem capital, ainda um canteiro de obras, não havia forças sociais ou instituições tradicionais (Igreja e imprensa, por exemplo), que servissem de freio às ações militares” (Motta 2014b, p. 39).

---

<sup>11</sup> Além dessas observações gerais, encontra-se no tópico “Estrutura da rede repressiva externa e interna” do Relatório em questão um mapa detalhado de como funcionava esse aparelho repressivo de espionagem na UnB.

<sup>12</sup> Ressalto que essas não foram as únicas invasões tendo em vista que, como retrata o Relatório da Comissão Anísio Teixeira, houve também eventos desse tipo em 1977 e 1984. Esses eventos são tratados, respectivamente, nas páginas 182 e 228.

Dessas duas explicações, pode-se concluir que elas se complementam, de modo que não é necessário eleger exclusivamente uma delas como a correta. Por outro lado, é possível imaginar que haja outros motivos, não elencados por esses autores, mas também importantes. É o caso, por exemplo, da proximidade física da UnB com os prédios dos poderes federais, e a intensidade dos movimentos estudantis da universidade.

A primeira invasão à UnB ocorreu em 9 de abril de 1964, nove dias após o golpe de Estado. Tropas tomaram de assalto o *campus*. Anísio Teixeira e Almir de Castro foram demitidos de seus cargos<sup>13</sup>, e foi destituído o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, formado por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Hermes Lima e Abgar Renault, membros do Conselho Federal de Educação (Salmeron 2007, p. 175).

No lugar de Anísio Teixeira, foi nomeado Zeferino Vaz<sup>14</sup> como o novo reitor. Esse foi nomeado pelo presidente da República, sem consulta a qualquer órgão da universidade. Através do mesmo procedimento, foi instituído novo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília.

Um dos primeiros atos do novo reitor foi expulsar nove professores e quatro instrutores (Salmeron 2007, p. 181), sendo ao menos um deles – Edgard de Albuquerque Graeff – integrante do corpo docente da FAU.

Essa onda de expulsões, contudo, não foi a única e nem a maior. Em 1965, eclodiu a denominada “grande crise” da Universidade de Brasília, que ocasionou pedido de demissão coletiva de 223 docentes, isto é, aproximadamente 80% do corpo docente da UnB naquela época.

Segundo Salmeron, “três conflitos, que chamaremos os “casos” Fiori, Edna de Oliveira e Las Casas, desencadearam uma série de fatos que trouxe à tona as pressões exercidas sobre a Universidade de Brasília e a levou à grande crise de 1965” (Salmeron 2007, p. 188). Em breve síntese, o primeiro consistiu no fato de que Zeferino Vaz havia contratado o filósofo Ernani Maria Fiori, mas, em menos de três meses, teria sido obrigado a demiti-lo por questões político-ideológicas. Houve pressões da comunidade

---

<sup>13</sup> No momento do golpe, Anísio Teixeira e Almir de Castro eram, respectivamente, reitor e vice-reitor da Universidade de Brasília.

<sup>14</sup> Zeferino Vaz começou sua carreira na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. Teve experiência na coordenação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Participou diretamente do golpe de Estado de 1964.

acadêmica para que se anulasse essa demissão, de modo que já se tinha reavivado o receio de que fossem retomadas as expulsões.

O segundo e o terceiro casos são bastante semelhantes. Um envolveu a diretora da Secretaria-Geral de Alunos, Edna de Oliveira enquanto o outro, o professor sociólogo Roberto Décio Las Casas. Ambos faziam parte do grupo de docentes e funcionários da UnB que tinham sido postos à sua disposição por outras instituições, como o Ministério da Educação e Cultura. O que ocorreu com esses dois foi que, sem maiores justificativas, houve o chamamento para a volta ao trabalho na rotina da instituição de origem. A motivação, contudo, era a de simplesmente poder afastar esses profissionais da universidade, e não que eles fossem necessários para sua instituição de origem naquele momento.

Percebia-se, portanto, que por motivos alheios aos acadêmicos alguns nomes iam sendo afastados na UnB, e aqueles que continuavam nessa universidade não tinham qualquer segurança de que seriam mantidos.

Diante de toda essa instabilidade, é interessante destacar uma carta dos professores ao reitor, que demonstrava suas reivindicações para controlar a crise. Os itens fundamentais do documento são o pedido que fossem postos em prática os órgãos permanentes, previstos no estatuto da UnB<sup>15</sup>. Junto a isso, pedia-se para que não se admitisse mais dispensas ou revisão de categorias enquanto não fosse instaurado esse controle estatutário (Salmeron 2007, p. 207). Desse modo, o que se verifica é que aqueles problemas do início do funcionamento da UnB – como a ausência de contratos e vínculos formais entre professores e a universidade, bem como a ausência do funcionamento dos órgãos colegiados previstos em estatuto – facilitaram ainda mais a instauração do autoritarismo do pós-golpe de 1964.

Em resumo, o que gerou a tensão dentro da UnB foi que, por um lado, o reitor dava a entender que reprimiria a “indisciplina” e a “mediocridade” entre os docentes. Por outro, ele demonstrava não explicar seus critérios de julgamento, e não cumprir com os acordos estabelecidos com os coordenadores dos institutos de pesquisa. Ao fim, na visão de Salmeron, o que se percebeu foi que na verdade o reitor não era quem realizava

---

<sup>15</sup> Segundo o estatuto, esses órgãos tinham como competência o exame de currículos e atribuição de níveis na carreira dos docentes.

os julgamentos, mas que tais expulsões e arbitrariedades eram fruto de ingerência externa (Salmeron 2007, p. 216).

Assim sendo, com a autonomia universitária em cheque e o clima de instabilidade que tornava inviável a atividade acadêmica, os coordenadores da UnB pediram demissão de seus cargos<sup>16</sup> em 30 de setembro de 1965 (Salmeron 2007, p. 215). Logo em seguida, no dia 9 de outubro de 1965, após uma assembleia entre professores e coordenadores, decidiram fazer uma greve de 24 horas.

A reação do reitor a essa greve foi pedir nova ocupação militar na UnB:

as tropas invadiram o *campus* na madrugada da segunda-feira, 11 de outubro. De manhã, encontramos a universidade ocupada militarmente, os edifícios e as vias de acesso guardados por soldados e fomos impedidos de entrar. [...] Uma semana depois, o reitor expulsou quinze professores, além de Las Casas. O corpo docente reagiu a essa violência: 80% demitiram-se (Salmeron 2007, p. 234-235).

Considerando que a crise do ICA-FAU ocorreu entre 1967 e 1968, acredito que esses fatos históricos, sobretudo a questão da violência militar e da demissão de 80% do corpo docente da universidade, são relevantes para contextualizar de modo satisfatório o nosso objeto de estudo.

Ademais, não custa lembrar, essas foram somente algumas das violências sofridas pela UnB durante a ditadura. Salmeron, nos capítulos 24 e 25 do seu livro *A universidade interrompida*, narra a terceira e última invasão militar no *campus*. Além disso, no capítulo 15, o autor revela outros episódios de perseguições, prisões e desaparecimentos forçados.

## b) As intervenções institucionais

Além dessas violências visíveis, outra forma de intervenção da ditadura nas universidades brasileiras foi a imposição de mudanças institucionais. De todo modo, não se pretende aqui esgotar todas as intervenções feitas pela ditadura no campo

---

<sup>16</sup> A lista completa dos nomes que assinaram a carta de demissão é a seguinte: Roberto A. Salmeron, Antônio R. Cordeiro, Cláudio Santoro, A. L. Machado Neto, Elon Lages Lima, Otto Gottlieb, Aryon D. Rodrigues, R. Pompeu de Souza, João da Gama Filgueiras Lima, Alcides da Rocha Miranda, Italo Campofiorito, Jayme Tiomno, Mário de Souza Lima.

institucional. Antes, interessa a esta pesquisa recuperar a análise geral realizada por alguns autores, que demonstram através das leis e dos documentos quais são os princípios norteadores da política educacional da ditadura, bem como nos indica as principais medidas tomadas nesse período.

Ao se pesquisar a respeito do tema “universidade e ditadura”, chama a atenção o fato de que, dos três principais autores analisados – Marilena Chauí, Maria de Lourdes Albuquerque Fávero e Rodrigo Patto Sá Motta –, todos tiveram como objeto privilegiado de análise a reforma universitária.

Destaco também o papel do direito na consolidação da reforma e, de um ponto de vista mais amplo, na tentativa de legitimação do governo ditatorial. Pereira chama a atenção para a ilusão de se ter como pressuposto a distinção clássica entre democracias constitucionais *de jure* e regimes autoritários *de facto* e baseados na força. Ao longo de seu livro, ele reitera que existe, em maior ou menor grau, uma legalidade nos regimes autoritários, mesmo que ela seja às vezes absurda (Pereira 2005, p. 293). Para nossa análise, esse ponto pode ser relevante porque uma série de leis e decretos deram corpo à reforma, como poderá ser constatado a seguir.

Em linhas gerais, os elementos da reforma podem ser divididos em seis medidas. A primeira delas é a departamentalização<sup>17</sup>, que “consistiu em reunir num mesmo departamento todas as disciplinas afins, de modo a oferecer cursos num mesmo espaço (uma única sala de aula), com o menor gasto material (desde o giz e o apagador até mesas e carteiras) e sem aumentar o número de professores (um mesmo professor devendo ministrar um mesmo curso para maior número de alunos). Além de diminuir gastos, a departamentalização facilita o controle administrativo e ideológico de

---

<sup>17</sup> A estrutura departamental nas universidades é prevista pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 252 de 1967:

“Art. 2º As unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas departamentos, cujos chefes constituirão, na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o art. 78 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º O departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal.

§ 2º O departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professôres e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa, ficando revogadas as disposições contrárias contidas no parágrafo único do art. 3º e no *caput* do art. 22 e seu § 1º da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.

§ 3º Compete ao Departamento elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino e pesquisa aos professôres e pesquisadores, segundo as especializações.

§ 4º A chefia do Departamento caberá a professor catedrático, a professor titular ou a pesquisador-chefe, na forma do Estatuto ou Regimento, ficando revogado em sua parte final o art. 48 da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1966”.

Alguns desses dispositivos, com as exatas mesmas palavras, são encontrados na alínea b e no parágrafo segundo do artigo 11 da Lei nº 5.540 de 1968.

professores e alunos” (Chauí 2001, p. 48). Aqui, a autora não detalha como isso facilitaria o controle<sup>18</sup>, mas talvez isso se dê por conta da diminuição do espaço físico voltado para o ensino, e pela simplificação da estrutura institucional através da criação dos departamentos.

A segunda modificação foi a matrícula por disciplina (o curso parcelado e por créditos), que leva a uma divisão das disciplinas em obrigatórias e optativas (Chauí 2001, p. 48). A terceira modificação é a instituição do curso básico<sup>19</sup> – curso inicial, que prepara o aluno para os cursos profissionalizantes ou de carreira de pesquisa.

A quarta mudança foi a unificação do vestibular por região e o ingresso por classificação. De acordo com a Lei nº 5.540 de 1968, o vestibular seria unificado por instituição e não mais pela faculdade ou por área específica do conhecimento. “Ficava oficializado assim o novo sistema, uma seleção universal baseada em provas de conhecimento sobre as disciplinas obrigatórias no ensino médio” (Motta 2014b, p. 253). Ademais, admitir o ingresso por classificação significou que não havia mais a ideia de “excedente”<sup>20</sup> nas universidades. Se antes o ingresso era concedido a todos que conseguissem a nota mínima estabelecida, agora era necessário que se entrasse numa concorrência com outros alunos, e somente entram na universidade aqueles que fossem os melhores classificados.

Finalmente, nota-se que com a reforma houve um aumento no número de matrículas nas universidades, não somente nas públicas mas também (e principalmente) nas privadas. Os dados apresentados por Cristina Carvalho demonstram que, em 1960, haviam apenas 93.202 alunos, sendo 51.915 de universidades públicas e 41.287 de universidades privadas. Em 1964, os números passaram para, respectivamente, 142.386, 87.915 e 54.721. Por fim, em 1984, chegou-se ao total de 1.399.539 matrículas nas universidades, sendo 571.879 nas públicas, e 827.660 nas privadas (Carvalho 2002, p. 115). Contudo, a autora observa, através da análise de dados do IBGE, que tal expansão

---

<sup>18</sup> Essa dificuldade de extrair mais informações da autora repetiu-se quando ela apresenta a “institucionalização da pós-graduação” como outra medida relevante da reforma universitária, por não ter detalhado o que isso significaria exatamente.

<sup>19</sup> O inciso II do art. 2º do Decreto-lei nº 53 de 1966 institui os cursos básicos, ao afirmar que nas universidades federais “O ensino e a pesquisa básicos serão concentrados em unidades que formarão um sistema comum para toda a Universidade”.

<sup>20</sup> Ou seja, alunos que foram aprovados no vestibular, mas não ingressavam necessariamente no curso porque o número de vagas podia ser menor que o número de aprovados.

das vagas não foi acompanhada por “uma política direcionada ao incremento na despesa pública federal, concomitantemente, ao processo de Reforma Universitária” (Carvalho 2002, p. 111). Desse modo, há que se ter precauções ao se levar em conta esse aumento quantitativo trazido pela reforma.

Analisando a generalidade dessas inovações e medidas, uma questão interessante é a de que a própria UnB, antes do golpe, já tinha adotado a estrutura da departamentalização no lugar do sistema de cátedras, bem como o sistema de créditos e o curso básico. Ora, assim sendo, algumas problematizações podem ser feitas: a reforma universitária afetou de forma significativa a UnB ou essa instituição, desde a sua fundação, já estava inspirada pelos conceitos reformistas e, portanto, não passou por mudanças durante a reforma universitária? Se o projeto originário da UnB é considerado progressista e democrático, como explicar que alguns de seus elementos foram aproveitados pela própria ditadura?

Sobre essas questões, a primeira coisa a ser observada é que há uma diferença de finalidade entre as inovações do projeto da UnB e a reforma universitária. No caso das primeiras, o objetivo principal da departamentalização foi acabar com o privilégio das cátedras, com uma maior horizontalidade na tomada de decisões entre os docentes. Por outro lado, na leitura de Chauí, a finalidade da ditadura era meramente a de evitar gastos e facilitar o controle político-ideológico.

Outra observação relevante é a de que, de acordo com Motta, as inovações institucionais presentes no projeto da UnB em geral serviram de inspiração para a reforma universitária mas que isso não significa que elas não passaram por mudanças. Nesse sentido, ao comentar sobre a recepção da reforma dentro da UnB, o autor afirma que “na verdade, o que reformadores ligados ao regime militar, como Muniz de Aragão, desejavam era adaptar a fórmula da UnB às suas necessidades, o que significava, principalmente, evitar a presença da esquerda” (Motta 2014b, p. 80).

Deve ser levado em consideração, ainda, que essa problematização revela um tópico importante dos estudos sobre a ditadura brasileira: sua ambiguidade. A ditadura não tinha somente a dimensão destrutiva, mas também foi desenvolvendo um projeto para a educação por ela mesmo denominada como modernizador, que procurava a conciliação e a acomodação de interesses distintos para evitar uma ruptura radical (Motta 2014a, p. 1-2).

Essa ambiguidade é revelada também pelo fato de que, segundo Fávero, já nos anos 50 havia um movimento por uma reforma das universidades, encabeçado sobretudo pelo movimento estudantil e a União Nacional dos Estudantes (UNE) (Fávero 2006, p. 13). Seja no sentido de “cooptar os intelectuais e acalmar os estudantes” (Motta 2014, p. 102), seja por conta de uma disputa do sentido do que deveria ser a reforma, a questão é que a ideia de uma reforma e seus sentidos foram constituídos por uma complexa conjuntura política.

Nesse sentido, e como pôde ser notado pelas diversas medidas tomadas pela reforma, não é tarefa fácil fazer um balanço crítico geral dos impactos e resultados da reforma universitária.

Por fim, é importante observar que não se pode reduzir as políticas educacionais da ditadura a essas medidas. Fávero demonstra que outros documentos possuíam princípios gerais para a universidade brasileira. É o caso, por exemplo, do Relatório Atcon e o Relatório Meira Mattos. Em breve síntese, elaborada pela própria autora,

ambos os documentos recomendam a implantação de uma nova estrutura administrativa baseada no modelo empresarial, cuja finalidade é o rendimento, a eficiência, e não a produção acadêmica, científica e cultural. A burocracia passa a ser o seu meio de realização e as leis de mercado, sua condição. Nesta perspectiva, o esquema administrativo ideal apresentado por Atcon se baseia numa separação completa entre os órgãos que formulam a política universitária e os que a executam. Isso vai implicar conseqüentemente uma separação entre as atividades universitárias de ensino e pesquisa e sua direção ou controle (Fávero 1991, p. 57).

Assim, portanto, o que se pode concluir daquelas problematizações sobre a relação entre as inovações da UnB e a reforma universitária é que, em primeiro lugar, é possível fazer uma aproximação entre as duas. Contudo, não se deve esquecer que existem diferenças do ponto de vista finalístico e principiológico, e, além disso, que a estrutura institucional de uma universidade não é aquilo que a define (Salmeron 2007, p. 194). Desse modo, a aproximação se faz somente até certo ponto.

Por outro lado, a questão de saber como concretamente a reforma universitária afetou a UnB merece ainda maior cuidado, de modo que não é possível respondê-la somente através dos dados aqui obtidos. Isso porque analisar as mudanças institucionais sugeridas por leis abstratas, quando aplicadas numa instituição concreta, não geram efeitos lineares. Em outras palavras, os efeitos dessas mudanças da reforma somente

podem ser entendidos de forma mais rigorosa caso se tenha relatos mais detalhados do cotidiano do final da década de 60 da UnB e como as normas foram de fato aplicadas à universidade. Espero, de todo modo, que os documentos analisados a respeito da crise do ICA-FAU no próximo capítulo possam trazer alguma contribuição sobre essa temática.

### Capítulo 3 – A crise do ICA-FAU à luz do acervo do Arquivo Nacional

a) o acervo consultado, observações sobre o conjunto dos documentos e a metodologia utilizada

A base de dados consultada, da qual se pretendeu analisar todos os documentos relativos à crise do ICA-FAU, foi o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Trata-se de uma ferramenta online que busca diretamente grande parte dos documentos do Arquivo Nacional, e inclui todos os documentos nacionais referentes à Ditadura Militar<sup>21</sup>. Pode-se, em tal ferramenta, fazer pesquisa simultânea a várias coleções e fundos disponíveis.

Para a realização deste capítulo da monografia, optei pela busca aberta a todos os fundos de documentos disponíveis nessa ferramenta de pesquisa. Contudo, constatei ao final que a principal fonte dos resultados foi o da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília (ASI-UnB), com a complementação de alguns documentos de origem do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Em linhas gerais, a ASI-UnB foi um órgão que recebia e fornecia informações referentes à UnB para os demais órgãos repressores da ditadura. Esse é o caso, por exemplo, do CIE (Exército), CENIMAR (Marinha), CISA (Aeronáutica), SNI (Serviço Nacional de Informações), CI/DPF/MJ (Polícia Federal) e DSI/MEC (divisão do SNI no Ministério da Educação e Cultura) (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade 2015, p. 26). Ademais, era órgão de inteligência fundamental para o governo, por tratar desde os assuntos administrativos e acadêmicos até informações pessoais de estudantes e professores.

O SNI, por sua vez, era um órgão da presidência da República, voltado especificamente a assuntos de “Segurança Nacional” e tinha, dentre as finalidades elencadas pela lei que o instituiu – Lei nº 4.341, de 13 de junho 1964 – a de “proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República”.

---

<sup>21</sup> Informação direta de funcionários do Arquivo Nacional, em setembro de 2018. É possível acessar os documentos em formato digital através da plataforma.

Algumas observações sobre a generalidade dos documentos merecem ser feitas. A primeira é a de que os documentos, em sua maioria, são pequenas compilações organizadas por cada assunto. Nesse sentido, não se encontra apenas documentos avulsos, mas também pequenos dossiês referentes a acontecimentos específicos dentro da universidade (manifestação, reuniões, etc.), a processos disciplinares de um estudante ou de um discente, ou a discussões administrativo-acadêmicas entre o reitor, funcionários, coordenação e professores do ICA-FAU. Entre dossiês e documentos isolados, foram analisados dezoito arquivos PDF no total. Há que se destacar especialmente um dossiê denominado “Crise no Instituto Central de Artes/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo”<sup>22</sup>, em que é possível encontrar uma série de relatos de reuniões e as principais informações referentes aos elementos da crise, bem como a manifestação de diversos pontos de vista, não somente dos próprios órgãos oficiais.

Uma segunda observação a ser feita diz respeito à autoria desses documentos. A grande maioria foi elaborada pelo reitor Caio Benjamin Dias, o vice-reitor José Carlos de Almeida Azevedo, os coordenadores do ICA-FAU Fernando Barreto, Paulo Barbosa de Magalhães e Miguel Alves Pereira, e alguns dos professores dessa instituição. O espaço de estudantes é extremamente reduzido, já que sua manifestação direta limita-se a alguns panfletos apreendidos pelos militares e anexados aos documentos oficiais. Ademais, é possível encontrar transcrições de suas falas por meio de relatos de reuniões do ICA-FAU, bem como de seus depoimentos decorrentes de processos administrativos disciplinares.

Abrindo um breve parênteses, observo que as figuras dos docentes e a do coordenador do ICA-FAU são bastante ambíguas. Com efeito, eles não possuíam um vínculo direto com a Ditadura Militar como é o caso dos reitores, que receberam seus cargos diretamente do próprio regime. Por outro lado, é possível inferir que tinham algum tipo de proximidade com o governo, tendo em vista que, como vimos, os antigos professores pediram demissão por não concordar com a estrutura imposta pelo novo governo. Além disso, notei em certos documentos, por parte de alguns docentes, o mesmo tom e vocabulário dos textos de autoria de militares<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Código de Referência, dentro do acervo do Arquivo Nacional: BR DFANBSB AA1.0.MPL.43

<sup>23</sup> Um exemplo é um pequeno ofício de 1968, cuja autoria é de nove professores do departamento de música, ao coordenador do ICA-FAU. O documento, transcrito na íntegra, diz o seguinte:

A terceira e última observação a ser feita a respeito da generalidade desses documentos é a de que, considerando sua autoria, eles devem ser sempre interpretados com cautela. Eles são sem dúvida registros fundamentais para se compreender melhor um determinado momento histórico, mas expressam apenas a visão oficial dos fatos: há, portanto, distorções e silenciamentos. Nesse sentido, Arlette Farge argumenta que o arquivo não fala a verdade, mas fala *da* verdade, na medida em que se considera essa “maneira única que ele tem de expor o *Falar* do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relação às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las (Farge 2009, p. 35). Dito de outro modo, ainda que o estudo do arquivo não seja totalmente seguro em relação aos fatos que ele narra, ao menos a percepção da realidade por parte de seus autores e depoentes pode ser considerada informação confiável. Entre a intenção inicial do enunciante e a concretude de seu discurso há uma série de elementos de sentido (vocabulário, tipos de argumentos para a legitimidade, pressupostos, ambiguidades, escolha do que merece e o que não merece ser narrado, e infinitos outros elementos) e talvez venha daí um dos interesses da análise histórica pelos documentos.

No mesmo sentido, observo que há documentos que de alguma forma – propositalmente ou não – se perderam, pois nos documentos consultados há referências a uma série de atos, normativas e processos que não podem ser encontrados no acervo consultado.

Por fim, a respeito da metodologia desta pesquisa documental, a estratégia para se refinar os resultados foi a de fazer duas séries de pesquisa: uma mais geral, referente ao ICA-FAU (essa nos apresentou os documentos mais significativos para nossa pesquisa), e outra buscando termos relevantes, resultantes da leitura dos documentos obtidos através da primeira sequência de pesquisa<sup>24</sup>.

---

“Em vista das acusações e difamações públicas contra o Coordenador e Professores do Departamento de Música da UnB em reunião deste professores com a Diretoria Acadêmica do ICA, vimos apresentar o nosso mais veemente protesto pela presença irregular do Prof. REGIS DUPRAT naquela reunião, bem como sua participação de liderança junto aos alunos e suas acusações a esta Coordenação a respeito de perseguições feitas a alunos regulares e vestibulandos desta Universidade.

Diante disso solicitamos a V. Sa. tomar as providências cabíveis, a fim de que tais irregularidades não se repitam futuramente. Para maior esclarecimento anexamos cópia do relatório da reunião do Departamento de Música com o D.A.I.C.A.” (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 14).

<sup>24</sup> Para a primeira série de pesquisas, utilizei a pesquisa simples, com o seguinte termo de busca: "ica-fau" and "unb". O período pesquisado foi de 1964 até 1970, e busquei em todos os níveis de pesquisa. A segunda série, por sua vez, consistiu em cinco pesquisas distintas. A primeira com a palavra-chave “Oscar

Por mais numerosos que sejam os documentos aqui analisados, deve-se ter em vista que provavelmente outros documentos relevantes para a temática da crise do ICA-FAU não foram levados em consideração por esta pesquisa. Isso se deve, por um lado, ao fato de que há outros acervos potencialmente relevantes para o tema, como por exemplo o do Arquivo Central da Universidade de Brasília (ACE-UnB). Por outro, porque os levantamentos de pesquisa são parciais – seja por conta da estratégia do próprio pesquisador, seja pela própria programação da ferramenta de pesquisa, seja pelo tratamento dado pelo responsável pelo acervo documental. No mesmo sentido, pode-se afirmar que há certo risco de que uma série de documentos oficiais do período em questão não foram e nunca serão acessados pelo público por conta de uma omissão proposital (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade 2015, p. 100).

#### b) os sintomas da crise

Ao fazer a análise dos documentos, procurei elementos para as respostas das seguintes perguntas: quais fatos, observáveis ou não, constituíram a crise, isto é, o que foi exatamente a crise do ICA-FAU? qual a causa desses fatos e qual a relação entre eles e a instituição da ditadura? como se comportaram os diversos agentes quando a crise já tinha se instaurado e, em especial, havia divergências entre eles? houve uma discussão sobre as propostas de solução?

Tendo essas questões em vista, defendo que a primeira questão pode ser respondida de maneira satisfatória através dos documentos analisados. Um primeiro sintoma que demonstra que algo estava errado no ICA-FAU foi a suspensão de suas atividades por longo período. Já em outubro de 1967 foi iniciada uma greve dos estudantes (Dobry-Pronsato 2015, p. 272) e, em edição de 22 de junho de 1968, o Correio Brasiliense publicou nota de que haveria uma assembleia geral dos estudantes para se decidir sobre a continuidade da greve.

---

Niemeyer”, a segunda por “Alcides Rocha Miranda”, a terceira por “Cacazu”, a quarta por “DAICA” e a última por “DACAUI”. Para essa segunda série de pesquisas, não se utilizou nenhum outro filtro e também se buscou em todos os níveis de pesquisa.

São vários os fatos que geraram a insatisfação. De acordo com os documentos, ela não se limitou aos discentes que faziam a greve, pois se estendia a alguns docentes e, ainda, a um serviço de assessoria contratado pela própria reitoria, que teceu críticas à estrutura do ICA-FAU daquela época. Nesse sentido, os documentos levam a crer que não havia discordâncias de que existiam problemas no ICA-FAU, inclusive com as pessoas mais alinhadas ao governo. A real discussão na instituição, pois, era a de saber quais exatamente eram os problemas e como os resolver.

O primeiro fato a ser levantado como constituinte da crise foi a falta de docentes e, conseqüentemente, a falta de vagas e de oferta de disciplinas. Tais fatos são levantados tanto por docentes quanto pelos estudantes, não havendo grandes discordâncias sobre a gravidade da situação.

Apenas para se ter uma ideia quantitativa, os professores do ICA-FAU afirmaram, em ofício datado de 25 de abril de 1969 e destinado ao reitor, que em 1967 haviam 70 professores para 269 alunos, enquanto que no ano de 1969 os números mudaram para 17 e 395, respectivamente. Os docentes chamaram a atenção, ainda, para o fato de que a própria reitoria – através do ato nº 668/68 – estabeleceu que o mínimo de professores seria de 24 e o de instrutores, 11 (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 59).

Três são as causas principais desse problema estrutural no corpo docente. O primeiro, já visto, é o de que em 1965 houve a demissão generalizada de 223 professores em toda a UnB.

Especificamente para o ICA-FAU, nomes importantes figuraram na lista dos demissionários. Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, houve a saída de Oscar Nieyemer – coordenador da faculdade; Glauco de Oliveira Campello – coordenador do curso de Composição; Ítalo Campofiorito – coordenador do curso de graduação; João da Gama Filgueiras Lima – coordenador do curso de pós-graduação e do Ceplan (Salmeron 2007, p. 244). No Instituto Central de Artes, por sua vez, figuraram nomes como o de Alcides da Rocha Miranda – coordenador do Instituto; e o de Cláudio Santoro – coordenador do Departamento de Música e regente da orquestra da UnB (Salmeron

2007, p. 114). No total, considerando apenas o ICA-FAU, atingiu-se o número de 69 demissionários<sup>25</sup>.

Aliado a esse esvaziamento ocorrido em 1965, um segundo ponto importante foi o de que os docentes não cumpriam o regime de dedicação exclusiva. Isso pode ser observado através de documento aprovado em Assembleia de 10 de março de 1966 em que os estudantes pedem, como condição para que eles aceitem o reinício das aulas do primeiro semestre do mesmo ano, o cumprimento do horário integral por parte dos professores (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.35, p. 3). Além disso, em relatório de reunião entre o departamento de música e o Diretório Acadêmico do ICA (DAICA) de novembro de 1967, os próprios docentes admitiam que não se dedicavam somente ao ensino, mas ainda às suas teses de mestrado e doutorado e a outros trabalhos (sem especificar quais seriam eles) (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 5)

O terceiro fator que levou ao problema quantitativo no corpo docente foi a demora da reitoria na contratação de novos professores. De fato, nos casos de esvaziamento de todo um quadro docente é natural que se leve certo tempo para se recuperar o número antigo de membros. Contudo, no caso em questão o tempo foi desproporcional já que as demissões ocorreram em 1965 e, como visto anteriormente, em 1969 o problema ainda estava longe de ser resolvido.

Essa demora não foi por acaso, pois teve motivações majoritariamente políticas e de pressões estranhas ao âmbito universitário. Com efeito, um documento confidencial de dezembro de 1968 assinado pelo representante da Divisão de Segurança e Informação (ligado ao Ministério da Educação e Cultura) ao reitor da UnB, afirma que

É do conhecimento da DSI, que de uma lista de trinta e poucos professores a serem admitidos ou contratados pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, cerca de dez são reconhecidamente de esquerda.

Em consequência, solicito a V.M. informar a esta DSI, com a possível URGÊNCIA, o nome dos professores contratados e suas qualificações (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.INF.20, p. 4)

Havia um controle da posição política e de informações pessoais daqueles a serem contratados ou que já estavam trabalhando pela UnB, incluindo o ICA-FAU.

---

<sup>25</sup> Há a lista exaustiva dos nomes dos 223 demissionários no livro de Salmeron, entre as páginas 244 e 247. Os nomes estão organizados por Faculdade/Instituto.

Junto a isso e apenas a título exemplificativo, é possível encontrar no acervo do fundo do SNI um detalhado dossiê denominado “Ideologia comunista de Oscar Niemeyer”, em que esse órgão apresenta vários fatos que demonstrariam uma suposta posição comunista do antigo coordenador da FAU<sup>26</sup>. Concluo, pois, que parte da demora e da dificuldade de se encontrar os novos docentes se deu por conta desse filtro ideológico que viola a autonomia universitária.

Um segundo elemento que constituiu a crise do ICA-FAU foi o problema qualitativo no quadro docente, não somente do ponto de vista individual mas também dos professores como uma coletividade.

Essa crítica à competência dos novos docentes pode ser observada pelos diversos documentos elaborados pelos estudantes. Em boletim informativo do próprio DAICA, eles chamam alguns docentes de “parasitas”, por não realizarem quaisquer atividades didáticas e fazem o diagnóstico do Departamento de Música como estando num estágio de “alta picaretagem”, porque faltaria aos professores capacidade e interesse de conhecer e colocar em prática a estrutura básica da UnB (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 11). Especificamente sobre a FAU, Dobry-Pronsato afirma que, num processo apressado após as demissões de 65, foram convidados para dar aula desde engenheiros da aeronáutica até nomes que gozavam de prestígio no próprio ICA-FAU (Dobry-Pronsato 2015, p. 272).

A respeito da qualificação e detalhes da formação técnica dos novos professores, não há registros documentais. A única coisa afirmada reiteradas vezes nos documentos é a reclamação, por parte dos estudantes, de que o processo de contratação do novo quadro docente não teve qualquer transparência, sendo que os currículos dos candidatos e os critérios de escolha não chegaram ao seu conhecimento.

Do ponto de vista de problemas qualitativos dos corpo docente tomado como coletividade, não foram apenas os estudantes que realizaram as críticas. Sobre esse ponto, um documento que se destaca é o relatório sobre a crise do ICA-FAU, apresentado por Clarival do Prado Valladares<sup>27</sup>. De modo incisivo, o crítico afirma que

---

<sup>26</sup> O código de referência para acesso ao arquivo é BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70018913, no Arquivo Nacional, Fundo SNI.

<sup>27</sup> Clarival do Prado Valladares (1918-1983), foi crítico de arte, historiador de arte, fotógrafo, poeta e médico. Tinha especial interesse pela arte popular brasileira. No preâmbulo do relatório, ele se autoafirma como um “livre observador, descompromissado das áreas em conflito” da crise. Por outro lado, apresenta-

verificou, no professorado do ICA, “falta de entendimento entre seus membros, falta de conduta de colegiado, incapacidade de diálogo e convívio deles com os estudantes e entre eles mesmos” (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 18). No mesmo sentido, em outro documento, o professor Pasqualino Magnavita afirma que faltava uma integração entre os docentes da FAU, porque, segundo ele, o departamento em suas reuniões não debatia uma filosofia a ser seguida no ensino, limitando-se cada professor a dar uma disciplina com a sua própria orientação (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 7).

Ao continuar sua análise, Valladares afirma que, para o ICA-FAU, “o erro grave, dificilmente reparável, foi a substituição de um elenco de professores prestigiados pela cultura dirigida, por outros que correspondiam à disponibilidade vigente no parque universitário brasileiro” (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 19). Ademais, para ele, não houve o cuidado para se fazer um adequado processo de transição entre o antigo e o novo quadro docente: vem daí, portanto, os maiores problemas coletivos do quadro docente.

Por outro lado, é possível identificar que o problema da falta de integração dos docentes era anterior às intervenções da ditadura. Isso porque Edgar Graeff<sup>28</sup>, em texto que faz uma retrospectiva do primeiro ano de funcionamento da FAU/UnB, já apontava problemas parecidos. Em linhas gerais, a sua principal crítica diz respeito ao problema de ultra-especialização dos professores de arquitetura: eles dominam com perfeição aquilo que ensinam mas quase sempre ignoram a problemática geral da arquitetura (entendida resumidamente pelo autor como a questão de conceber e realizar edifícios como obra de arte, e não a simples construção). De toda forma, isso não quer dizer que a ditadura não tenha tido papel importante para este problema, como pode ser visto pelos comentários de Valladares acima mencionados, por exemplo.

Além desse problema estrutural no corpo docente, outro elemento que fez parte da crise do ICA-FAU, segundo o que se encontra nos documentos, foram as questões pedagógicas e curriculares. Aqui, as discussões eram mais específicas em relação a cada

---

se como um amigo do reitor, de modo que aceitou fazer a assessoria ao ICA por conta da “afeição e da admiração recíproca”. O relatório da assessoria prestada é datado de 26 de abril a 3 de maio de 1968.

<sup>28</sup> Edgar Graeff (1921-1990) foi um dos fundadores da FAU/UnB, tendo lá lecionado entre 1962 e 1964 (como visto anteriormente, ele foi demitido pelo reitor Zeferino Vaz, na primeira onda de demissões durante a ditadura). Seu texto mimeografado *Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB* está disponível na p. 1776 da tese de doutorado de Maribel Aliaga Fuentes, bem como na p. 175 da dissertação de mestrado de Maria Goretti Vieira Vulcão.

curso, de modo que as divergências davam-se em relação à formação do arquiteto, do músico, e assim por diante. Isso não significa, contudo, que não se possa tirar conclusões mais gerais.

Na FAU, em documento de 1966, as críticas de estudantes sobre o aspecto pedagógico do curso eram as seguintes: havia uma tendência de transformação na estruturação do curso, segundo os moldes da escola tradicional, interrompendo o projeto original da FAU; havia uma tendência de mutilação do currículo antes existente (currículo esse que, segundo os alunos, era objeto até mesmo de congratulações em Congressos da União Internacional de Arquitetos (UIA), órgão da ONU); desobediência aos moldes apontados pela estrutura da própria UnB; método de ensino totalmente incompatível com os seus anseios de formação cultural e profissional (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.35, p. 2).

Ainda que não haja maiores informações a respeito de cada um desses pontos, com a explicação de o que estava sendo transformado, ressalto, de toda forma, que as próprias bases do projeto original da UnB e da FAU estavam sofrendo mudanças naquela época, de modo que as transformações não se limitaram às demissões e à admissão de novo quadro docente.

O departamento de música, ao menos pelos documentos consultados, foi o que teve o maior número de discussões e contestações. Em reunião entre professores e estudantes, a representação discente afirma que a música a que os professores se propunham a realizar não era o tipo de música para o povo, além de ser medíocre (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 3). Essa crítica está mais detalhada num boletim informativo do DAICA: o problema estaria, sobretudo, no fato de que o departamento estava totalmente alienado de tudo quanto se faz em música tanto no Brasil (isto é, sem contato com os movimentos musicais de outras regiões do país) como no mundo, além de se alienar do contexto sócio-cultural de Brasília e sem participar de forma relevante do ambiente cultural da cidade (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 12). Essa crítica, portanto, pode ser vista como uma reclamação dos estudantes a respeito da falta da integração entre a universidade e a comunidade, bem como da falta de uma integração

nacional, impressa nos termos do projeto inicial através da ideia mais ampla de desenvolvimento da “brasilidade”<sup>29</sup>.

Outra questão colocada pelos estudantes de música era a falta de interdisciplinariedade no curso, seja no que concerne aos demais institutos e faculdades da UnB, seja dentro do próprio ICA-FAU e suas diversas artes. Sobre esse último ponto, o docente Pasqualino teceu a mesma crítica ao instituto, ao afirmar que faltava entrosamento dos departamentos que compunham o ICA-FAU (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 8). Novamente, outro princípio do projeto pedagógico original estava sendo violado.

O terceiro tipo de crítica encontrada é o de que o departamento estaria se limitando a um ensino médio-técnico de música, e não universitário de pesquisa. De acordo com os estudantes, isso se devia especialmente ao fato de se ter criado a categoria de “aluno especial”, que era diferente do que se entende pela mesma expressão nos dias de hoje (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 13). No departamento de música daquela época, o conceito referia-se ao aluno que dispunha de uma formação mais limitada e sem aprofundamento crítico. Somado a isso, afirmam que o curso possuía mais de trezentos alunos desse tipo, contra apenas dois estudantes regulares<sup>30</sup>.

Valladares, em nota sobre o instituto de artes da UnB como um todo, afirma que percebeu que houve uma troca da “atitude criativa e crítica por uma rotina de ensino médio, ou de escola de padrão técnico-profissional, imposto com impropriedade a uma universidade” (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 21). No mesmo sentido, ele prossegue afirmando que com isso se substituiu o convívio de mestre e discípulo, para colocar no lugar a relação professor e aluno. Afirma, ainda, que, por melhor que seja o artista individualmente, caso a estrutura de deveres e os métodos de ensino da universidade estejam superados, ainda assim os resultados serão completamente negativos (ele afirma figurativamente que até mesmo Le Corbusier, caso aceitasse as regras do jogo da estrutura do ICA daquela época, sofreria a rejeição dos

---

<sup>29</sup> Lembrar, sobre essa crítica dos estudantes, dos incisos III e IV do art. 3º do Estatuto da UnB (Decreto nº 1872, de 1962).

<sup>30</sup> Complementando essa informação, os alunos afirmam ainda que havia uma tentativa de impedir a formação de um corpo de alunos universitários, pois na prova-vestibular específica de música em 1967, apenas dois alunos foram aprovados do total de mais de cinquenta candidatos (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 13).

alunos e da comunidade acadêmica da UnB) (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 21).

Por fim, as últimas críticas feitas pelos alunos diziam respeito a uma série de questões técnicas sobre o que é o estudo e o ensino da música, e apresentam discordâncias conceituais bastante complexas. Em síntese, havia problematizações a respeito desde a extinção ou ausência de certas disciplinas essenciais até sobre o que é o real significado de percepção musical e de estruturação musical (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.MPL.43, p. 13). Assim como ocorreu no caso do terceiro tipo de críticas, Valladares endossa grande parte dessas questões técnicas levantadas pelos estudantes.

c) as manifestações estudantis e as perseguições a estudantes e professores do ICA-FAU

Em sua generalidade, os documentos analisados mostram que os estudantes possuíam um papel central na discussão e contestação da estrutura do ICA-FAU. Os panfletos que convocavam as assembleias gerais, os informativos dos diretórios acadêmicos da FAU (DACAUI) e do ICA (DAICA) e os relatos de reuniões departamentais com a participação de alunos são algumas das evidências da relevância da participação dos estudantes no próprio desenvolvimento das mais variadas discussões pertinentes ao funcionamento dos cursos.

Sua participação, por outro lado, não se limitou às discussões, tendo sido registrados alguns outros tipos de intervenções estudantis. Não foi localizado no conjunto de documentos pesquisados registro explícitos sobre paralisações ou greves específicas do ICA-FAU, sendo que a única informação mais segura a esse respeito é aquela suspensão das atividades acadêmicas da instituição entre 1967 e 1968.

Ainda assim, alguns outros episódios foram narrados pela própria documentação oficial. Nela, os estudantes são retratados em geral como “insolentes”, “atrevidos”, “com mentalidade com o interesse apenas de destruir”, “subversivos”, etc. Como exemplo dos episódios narrados, um funcionário da ASI-UnB informa que alguns alunos do ICA-FAU teriam, em 24 de abril de 1969, feito “verdadeira baderna” no

Restaurante Universitário, inclusive virando bandejas (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR DFANBSB AA1.0.INF.51, p. 2). Há alguns outros pequenos atos desse tipo relatados pelos documentos, que eram interpretados pelo autores dos documentos oficiais como “atividades atentatórias à tranquilidade”.

O episódio de maior magnitude encontrado nos registros foi o de uma manifestação de 60 estudantes ocorrida em 31 de maio de 1969. Ainda segundo o documento, afirma-se que ele culminou com a tentativa de invasão da Reitoria, com agressões ao Vice-Reitor e outros funcionários. A motivação dessa manifestação teria sido a suspensão de Cláudio Arantes (presidente do DAICA), a expulsão de Luiz Cacazu (presidente do DACAU) e o fechamento desses mesmos diretórios acadêmicos (Arquivo Nacional, Fundo SNI, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69016199, p. 2).

Como resultado dessa manifestação, consta no documento que, após processo administrativo sumário, 16 alunos sofreram pena de desligamento por conta do episódio<sup>31</sup>.

Considerando que o movimento estudantil do ICA-FAU tinha uma pauta acadêmica e disputava questões administrativo-pedagógicas, toda essa repressão à mobilização contrária às ações da reitoria e do quadro docente são indícios de como, mais uma vez, ligam-se as questões da violência com as questões consideradas “burocráticas”. Do mesmo modo, se havia repressão a esse tipo de pauta pode ser porque havia de fato um projeto institucionalizado, autorizado por uma orientação política mais ampla da própria ditadura. Mas os documentos analisados não mostram de forma explícita qual seria esse projeto.

---

<sup>31</sup> Destaco, ademais, que um importante instrumento utilizado pela Reitoria, contra os estudantes, era o jubileamento. Não há na documentação analisada muitas informações a esse respeito: nota-se apenas que, nas convocações de assembleias estudantis do ICA-FAU, a pauta do jubileamento e os protestos contra essa prática estavam frequentemente presentes. Por outro lado, quando foi feita a pesquisa utilizando o nome de “Cacazu” como palavra-chave, é possível encontrar o processo sumário que levou à sua expulsão e de inúmeros outros alunos do ICA-FAU.

## Considerações Finais

Após todo esse percurso argumentativo, uma primeira conclusão a que se pode chegar é a de que houve de fato intervenções da ditadura em princípios dos mais essenciais para o projeto inicial da UnB. Foram violados, por exemplo, a integração da universidade com a comunidade, a interdisciplinariedade e a centralidade do estudo criativo, não meramente bancário e técnico. Como indícios dessas violações, analisamos a expulsão de professores anteriores à instituição da ditadura, o posicionamento das lideranças discentes do ICA-FAU, de discentes e de um observador externo.

Um segundo resultado foi a compreensão do modo como operou a ditadura nas suas intervenções. Diferentemente do que pode se imaginar à primeira vista, as intervenções no ICA-FAU não eram explícitas, ou seja, não haviam documentos que diziam “essa disciplina deverá ser cortada por apresentar conteúdo subversivo” ou “vamos perseguir fulano por conta de suas atividades políticas”. Antes, os documentos mostram sempre intervenções sutis, buscando a legitimidade através do ordenamento jurídico imposto pelos próprios militares e civis da ditadura (como é o caso, por exemplo, das leis e decretos sobre a reforma universitária, os processos de perseguição e jubramento de estudantes e o AI-5) e através do silêncio, por não se observar nenhuma documentação que exponha qual foi, de fato, seu projeto amplo para a educação superior.

Por fim, não tanto um resultado mas sobretudo uma pequena observação: há que se destacar a atualidade desses temas. Especificamente sobre o ensino superior, é possível fazer uma série de aproximações entre o programa do governo eleito em 2018 e as intervenções resumidamente descritas no segundo capítulo deste trabalho. A atualidade está presente, também, no fato de que a UnB, como apresenta o título do livro de Salmeron, é um projeto interrompido.

## Referência Bibliográficas

ALIAGA FUENTES, Maribel. *Os primeiros mestrados da FAU-UnB: de um passado que não se construiu*. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2017.

ALMEIDA, Jayme Gonçalves de. *Universidade de Brasília: ideia, diáspora e individualização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma Universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964-1984)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia. Campinas, Unicamp, 2002.

CARVALHO, Vladimir de. *Barra 68 – Sem Perder a Ternura*. Documentário, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COMISSÃO ANÍSIO TEIXEIRA DE MEMÓRIA E VERDADE – Universidade de Brasília. Relatório final. Brasília, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. *O legado da ditadura para a educação brasileira*. In: Educação & Sociedade, vol. 35, núm. 127, abril-junho, 2014, p. 357-377.

DOBRY-PRONSATO, Sylvia Adriana. *Memórias dos anos 1960-70: Ensino de Arquitetura e Urbanismo na UnB*. In: MARI, Marcelo *Ditadura, modernização conservadora e universidade : debates sobre um projeto de país* / Marcelo Mari; Priscila Rossinetti Rufinoni (Org.). – Goiânia: Editora UFG, 2015.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Tradutora Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968*. Educar, Curitiba, nº 28, p. 17-36, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

FONSECA, Dirce Mendes da. *UnB: reformar para não mudar*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1986.

GRAEFF, Edgard. *Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB*. Texto Mimiografado, 1963.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação*. Ciência e Cultura, São Paulo, vol. 66, nº 4, 2014.

\_\_\_\_\_. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Veneno em dose dupla: ASI e SSP, espionagem, controle e repressão na UnB*. Comunicação apresentada no XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. Disponível em [http://www.academia.edu/37158020/Veneno\\_em\\_dose\\_dupla\\_ASI\\_e\\_SSP\\_espionagem\\_controle\\_e\\_repress%C3%A3o\\_na\\_UnB](http://www.academia.edu/37158020/Veneno_em_dose_dupla_ASI_e_SSP_espionagem_controle_e_repress%C3%A3o_na_UnB). Acesso em 23/11/2018.

Pereira, Anthony W.. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradutora Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

\_\_\_\_\_. *Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SALMERON, Roberto. *A universidade interrompida*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

VULCÃO, Maria Goretti Vieira. *A construção do discurso de criação do “Curso - Tronco” de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. (1962-1963)*.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Curso de Pós-graduação em Arte, 2008.

## Legislação

Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962.

Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966.

Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964.

Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.